

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA CULTURAL INDÍGENA

Évy Thaynne dos Anjos Souza¹

Rosenir da Conceição Rocha²

Regina Aparecida da Silva³

Eixo do trabalho: (x) Pesquisa concluída ou em andamento; () Projeto de extensão concluído ou em andamento; () Relato de experiência.

Resumo

Utilizando uma metodologia qualitativa fundamentada na fenomenologia de Merleau-Ponty e na etnografia interpretativa de Geertz, o estudo investiga como as crianças Boe vivenciam e percebem a natureza em seu cotidiano. A pesquisa busca compreender como essas vivências podem inspirar práticas educativas ambientalmente sustentáveis e contribuir para uma educação ambiental crítica e transformadora, baseada na interdependência com o ambiente e no respeito às diversas formas de vida. A pesquisa está sendo realizada na Terra Indígena Tadarimana em Rondonópolis, Mato Grosso. A pesquisa discute a educação escolar indígena, focando na relação criança Boe e natureza, destacando a importância da educação ambiental para comunidades indígenas. Ao contrário do modelo educacional eurocêntrico imposto historicamente, as práticas indígenas promovem uma conexão profunda com a natureza, construída a partir das cosmovisões que valorizam o pertencimento e o respeito ao ambiente. Como observado por autores como Brandão, Baniwa, Tiriba e Guimarães, a educação indígena vai além da sala de aula, ocorrendo em diversos contextos e integrando as crianças à natureza de forma intrínseca. Essa abordagem resiste à marginalização colonial, que historicamente tenta suprimir os conhecimentos indígenas e suas práticas educativas. Além disso, a pesquisa problematiza a violência ambiental e suas consequências para os povos indígenas, afetados pela exploração de seus territórios, muitas vezes por interesses econômicos. Esse tipo de violência ameaça a biodiversidade e a vida das comunidades, intensificando desigualdades sociais. Em resposta a essas ameaças, comunidades indígenas reafirmam suas práticas e lutam pela inclusão de seus direitos educativos e ambientais nas políticas públicas.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação escolar indígena, Criança, Natureza, Cosmovisão Boe.

¹ Pós-Graduação em Educação /Educação/ Instituto de Ciências Humanas e sociais
evy.thaynne@aluno.ufr.edu.br

² Pós-Graduação em Educação /Educação / Instituto de Ciências Humanas e sociais;
rosenir.rocha@aluno.ufr.edu.br

³ Pós-Graduação em Educação /Educação / Instituto de Ciências Humanas e sociais;
regina@ufr.edu.br (Orientadora)

INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena é um campo que transcende a definição convencional e eurocêntrica da educação. De acordo com Brandão (1995), todos os ambientes são espaços educativos e cada comunidade possui sua forma particular de educar. Nas comunidades indígenas a natureza desempenha um papel crucial no processo educacional, onde o contato das crianças com a natureza é muito mais do que uma experiência, é a construção de pertencimento e de identidade. Baniwa (2010) observa que a imposição de um modelo educacional eurocêntrico marginaliza essas tradições, ao mesmo tempo que as cosmovisões resistem, colocando a natureza como eixo central da educação e da cultura.

Neste contexto a educação ambiental é um processo de fortalecimento da relação com a natureza e de reafirmação das identidades indígenas. Segundo Tiriba e Guimarães (2023), a cultura indígena promove respeito e a solidariedade com o ambiente, enraizadas nas cosmovisões que compreendem a relação humano-natureza como integrais e relativas a vida. Contudo, as políticas de exploração ambiental ainda é uma grande ameaça, a violência ambiental de acordo com Lima (2009), se impõe sobre as terras indígenas, ameaçando a sustentabilidade das vidas, das comunidades e dos ecossistemas.

Assim, a presente pesquisa busca compreender a relação criança *Boe* e natureza, investigando como suas cosmovisões refletem e podem contribuir para o fortalecimento da educação ambiental no território. A metodologia de caráter qualitativo, baseada na fenomenologia Marleau-Ponty (2006) e na etnografia interpretativa de Geertz (1989), oferecendo subsídios para a compreensão das cosmovisões *Boe* e de práticas culturais na relação criança-natureza.

Desenvolvimento

De acordo com Brandão (1995): Ninguém escapa da educação. Ela acontece em todos os lugares e das mais diferentes formas. Não existe um único modelo de educação que possa ser seguido, existem as Educações que ocorrem em tempos indefinidos.

Segundo Baniwa (2010), a colonialidade afeta diretamente a sobrevivência dos povos indígenas, ao negar-lhes as próprias epistemologias e impor um sistema

de conhecimento educacional eurocêntrico e alheio à sua realidade. No texto o autor traz um depoimento sobre o alcance dos direitos indígenas no Brasil, e faz um parâmetro entre as legislação vigente e a real visibilidade dos povos indígenas.

As cosmovisões indígenas compreendem a natureza como elemento central na educação onde as crianças, segundo Tiriba e Guimarães (2023), crescem imersas ao ambiente, desenvolvendo um sentimento de pertencimento. Neste contato direto é estimulado o respeito e a solidariedade, que são ações fundamentais para fortalecer o cuidado com a cultura e ambiente na qual as comunidades estão inseridas.

A educação ambiental, assim como toda educação, não existe em uma única forma, segundo Reigota (2012), ela se difere a partir das múltiplas formas de ver o mundo, nos interesses por trás de suas práticas, e até mesmo nas diversas abordagens da sua área.

Existem muitas dimensões no processo de degradação ambiental, que segundo Guimarães (2012), está restritamente relacionada ao processo de dominação e exploração, onde exclui-se a diversidade, afim de reafirmar as relações de poder. Neste contexto, observamos nas terras indígenas uma relação de interdependência com a natureza, onde as comunidades são vítimas, diversas vezes, de tentativas de desterritorialização.

Segundo Tiriba e Guimarães (2023, p. 2), “temos como desafio o enfrentamento do quadro de insalubridade do projeto colonialista, que, desde o século XV para o XVI, atua como máquina de perseguição, desterritorialização e extermínio de nossos povos brasileiros, latino-americanos e caribenhos; projeto que se materializa em necropolíticas vampirizadoras da biodiversidade, despotencializadoras dos infantes humanos.” O colonialismo marcou a história do Brasil e deixou rastros em toda a América Latina, que desde os primeiros contatos submeteu os povos indígenas a práticas de extermínio, perseguição e desterritorialização, impactando profundamente nas suas vidas. Conforme os autores, o projeto colonial consolidou-se como uma verdadeira “máquina de necropolíticas” que explora os bens naturais, e destrói as culturas indígenas, desvalorizando seus saberes.

A educação ambiental nas comunidades indígenas é essencial para a resistência cultural e de reafirmação das identidades indígenas. Enfatizando o

respeito e a reciprocidade com o ambiente, a educação indígena promove um elo entre as crianças e a natureza.

Em diversos momentos na atualidade, as políticas públicas e os programas educacionais não contemplam a diversidade de conhecimentos presentes nestas comunidades, que muitas vezes tem seus conhecimentos e práticas educacionais marginalizadas, não considerando as cosmovisões indígenas, negando a pluralidade e a complexidade dos saberes indígenas.

Em resposta a este cenário, as comunidades vêm afirmando suas práticas e lutando pela inclusão de seus direitos educativos e ambientais nas políticas nacionais. Reigota (2015) enfatiza a necessidade de uma educação ambiental transformadora, que desafie as estruturas de dominação, visto que, a violência ambiental ainda é usada como máquina de deslegitimização e opressão dos povos indígenas.

Conforme discorre Lima (2009) a relação do humano com o ambiente sempre resultou em algum tipo de destruição, o avanço do capitalismo e da industrialização se tornou uma máquina de destruição dos bens naturais. A violência ambiental é uma forma de agressão silenciosa, manifestada pelo uso destrutivo e discriminatório da natureza, que impacta no ambiente e nas comunidades que dela dependem. Esse tipo de violência causa a destruição dos ecossistemas, destrói as florestas, contamina os rios, solos e até mesmo o ar, colocando em risco não só a biodiversidade, mas também a saúde humana. A exploração desenfreada dos bens naturais causada por interesses econômicos é uma das principais causas de violência ambiental, e tem sido apontada como um fator crucial nas mudanças ambientais e climáticas.

Além dos impactos ecológicos, este tipo de violência agrava as desigualdades sociais e econômicas, e de atinge de forma desproporcional as comunidades ribeirinhas, periféricas e indígenas. Estes grupos veem suas terras serem devastadas das mais diversas formas, seja pela mineração, pela agropecuária e até mesmo pela expansão urbana desordenada, que acaba por diversas vezes, os expulsando de seu território, onde perdem o acesso aos bens naturais e ainda correm o risco de contaminação por substâncias tóxicas como o mercúrio e os agrotóxicos.

A violência ambiental envolve repressão e silenciamento das vozes que defendem a sustentabilidade. Ambientalistas, líderes indígenas e ativistas são alvos de ameaças frequentemente. Essa repressão demonstra a fragilidade das políticas ambientais e a falta de proteção legal para os defensores do ambiente.

Pensando nisto, a presente pesquisa busca compreender as cosmovisões *Boe* que abordam a relação entre a criança e a natureza, compreendendo o que é ser criança *Boe*, como atualmente elas se relacionam com a natureza, e como esta relação intrínseca pode inspirar a educação ambiental.

A presente pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, utilizando o método da fenomenologia da percepção em Merleau-Ponty (2006) e a etnografia interpretativa em Geertz (1999), pelos caminhos da observação participante e das entrevistas semiestruturadas. Um de nossos espaços de observação será a Escola Municipal Leosídio Fermau, na Terra Indígena Tadarimana, em Rondonópolis – Mato Grosso. Ponty (2006) oferece a base da fenomenologia da percepção, que prioriza a subjetividade e o contato direto com o meio. Este enfoque me permitirá compreender a vivência das crianças indígenas com a natureza e captar o modo como ela se manifesta no cotidiano, observando como a natureza é percebida e vivida pelas crianças da comunidade. Geertz (1999) dará subsídios para a abordagem etnográfica com foco na interpretação das culturas, através da descrição. Usarei desta abordagem para identificar os significados culturais que sustentam a relação criança-natureza, e como estes significados refletem nas cosmovisões da comunidade.

Considerações Finais

As cosmovisões indígenas mostram-se essenciais para a construção de práticas educativas ambientalmente sustentáveis, que estão enraizadas no pertencimento, no respeito e na interdependência com a natureza. O estudo desta relação criança *Boe* e natureza reflete a profundidade da educação indígena e suas contribuições para a educação ambiental.

Entretanto, práticas de violência ambiental e o apagamento cultural promovido pelo colonialismo tem sido uma constante no cenário das políticas públicas, onde os modelos educacionais refletem uma educação hegemônica que desafia a permanência de valores, impondo um sistema que desconsidera as práticas e os

conhecimentos indígenas. Vale ainda destacar que percorreremos um caminho teórico investigativo da educação ambiental crítica e transformadora, visando as reflexões de uma transição ecológico e cultural no respeito e cuidado às todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** (33^a ed) SP: Brasiliense 1995. (Coleção Primeiros Passos).
- BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 19, n. 33, p. 35-49, 2010.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Violência e meio ambiente: pode a educação ambiental contribuir para a paz e a sustentabilidade?. **Revista Espaço do Currículo**, [S. I.], v. 2, n. 2, 2010. DOI: 10.15687/rec.v2i2.4282. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/4282>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- DELMONDEZ, Polianne; PULINO, Lucia Helena Cavasin Zabotto. Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 632-641, 2014.
- FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Dossiê crianças indígenas**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/dossie-criancas-indigenas/>. Acesso em: 05 set. 2024.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUIMARÃES, Mauro. **Caminhos da educação ambiental**. Campinas: Papirus editora, 2006.



GUIMARÃES, Mauro; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Outras epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 50-67, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. Florianópolis: Perspectiva, 2012.

TIRIBA, Lea; GUIMARÃES, Mauro. **Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURGv. 40, n. 2, p. 230-249, mai./ago. 2023.E-ISSN:1517-1256. <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/15538/10265>.

TIRIBA, Lea; PROFICE, Christiana Cabicieri. Desemparedar infâncias: contracolonialidades para reencontrar a vida. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v.1, n. 56, Ano XXVI - Mai a Ago, p. 89-112, 2023. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.62303/ ISSN: 2238-9091. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Atual>. Acesso em: 28 abr. 2024.